

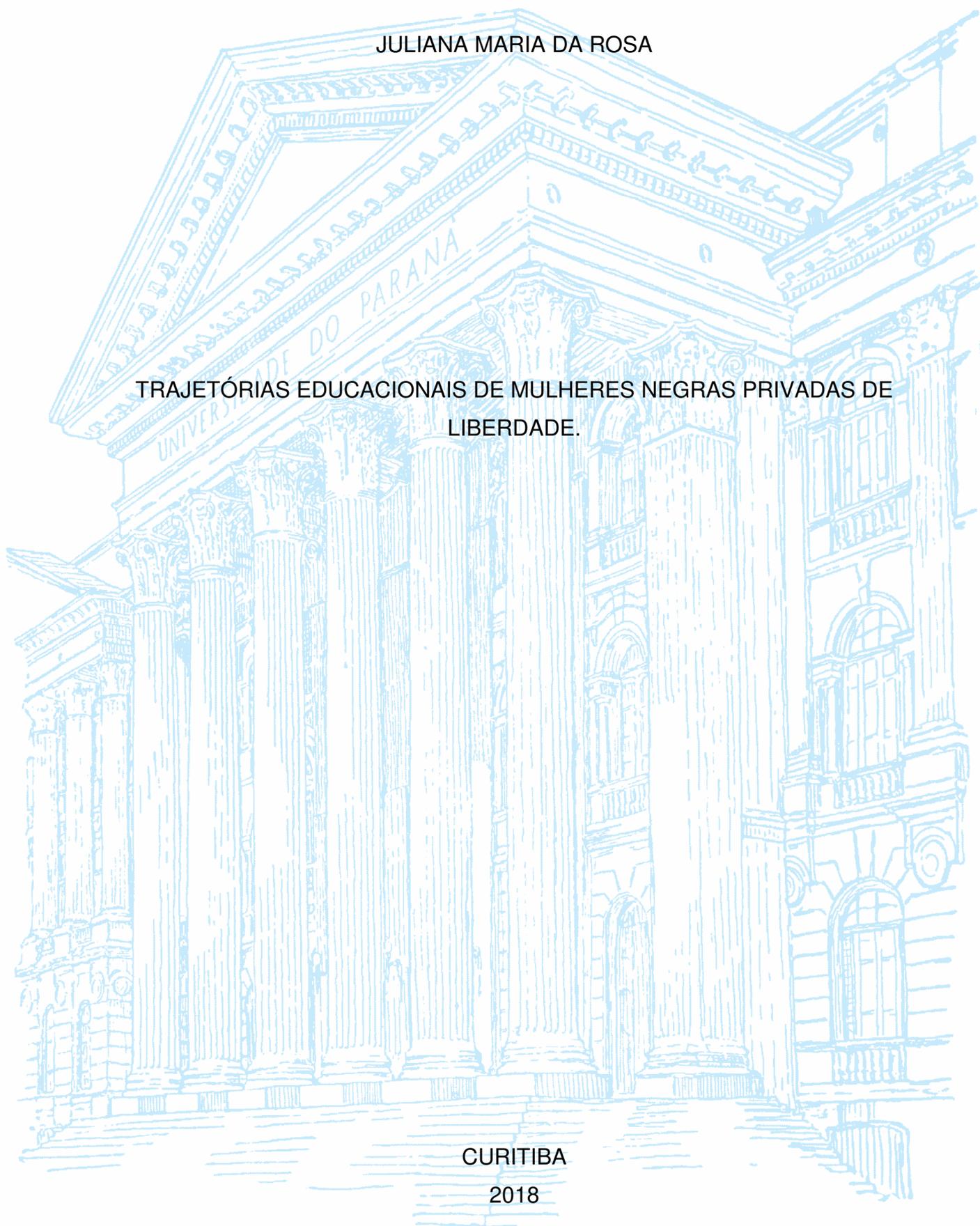
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA MARIA DA ROSA

TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES NEGRAS PRIVADAS DE
LIBERDADE.

CURITIBA

2018



JULIANA MARIA DA ROSA

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES NEGRAS PRIVADAS DE
LIBERDADE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Pedagogia, Setor da Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito para conclusão do curso.

Orientadora: Prof.^a.Dr.^a Gabriela Reyes Ormeno

CURITIBA

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa primeiramente a todas mulheres negras que não tiveram a oportunidade de estar em uma posição que as representassem, as que por diversos motivos não conseguiram chegar aonde sempre sonharam e as que a escola não conseguiu acolher. Aos cidadãos que possam ter um outro olhar para o sistema carcerário, que consigam compreender os reais motivos que levam tantas pessoas a seguir para o caminho do crime. E aos governantes que possam trabalhar para oferecer mais subsídios para uma educação de qualidade, moradias adequadas e oportunidades sociais para todos os indivíduos negros da nossa sociedade.

A todos os negros que nos representaram e nos representam, lutaram e lutam para combater a desigualdade racial e o preconceito na sociedade racista. Dentre eles, Martin Luther King um dos líderes do movimento dos direitos civis dos negros, Rosa Parks, Malcolm X e Mandela líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999.

Esse é o nosso legado, hoje não apenas lutamos para provar a sociedade que não somos mais escravos, mas sim de garantir nossos direitos aos estudos e a democracia. Devemos mostrar a sociedade que o negro não é o submisso, inferior ou coitado.

Somos muito mais do que a sociedade subjuga, somos um povo que luta e resiste, não desejamos ser escravos, fomos escravizados, retirados das nossas famílias, tradições e de nossas origens. Nossas diferenças é apenas nosso tom de pele, mas que aos olhos de uma sociedade racista acabam gerando dois mundos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, minha mãe, irmãos, meu marido Luiz Henrique que acompanharam este momento de superação, e a Deus que me proporcionou trilhar um caminho diferente da maioria dos negros e negras da nossa sociedade. Mais o ponto chave de toda essa trajetória e meu amado filho Arthur, sempre desejei estar em outro patamar em minha vida, porém o Arthur veio como um combustível em minha vida, aumentando um desejo de quebrar os paradigmas da sociedade. Deixando de ser uma mulher, negra, classe média baixa e sem estudos. Para ser sim hoje, mulher negra, graduada em pedagogia, amanhã mestranda e depois doutoranda.

Aplauso deixo para outro momento, todos os conhecimentos adquiridos nestes cinco anos foram batalhados, sempre escutei aquele ditado “Devemos matar um leão por dia”, não se engane eu tive que esporadicamente matar dez, nada foi fácil, foram tantas vezes questionadas se realmente merecia todo esse reconhecimento, todo esse aprendizado, para que ler tanto, para cuidar de carro? Bom a culpa não é somente dessas pessoas, eu também por muitas vezes pensei, que estar na Universidade, ser uma pessoa intelectual e bem-sucedida não era para uma pessoa como eu. Ainda bem que eu estava enganada sim a Universidade é para todos, mais para isso basta querer, uma das palavras que aprendi com a minha adorável orientadora é “Resiliência”, ela é capaz de mudar todo um roteiro quebrar os paradigmas e transformar todo o seu ser. Obrigada!

“A discriminação dos negros está presente em cada momento das suas vidas para lembrá-los que a inferioridade é uma mentira que só aceita como verdadeira a sociedade que os domina.”

Martin Luther King

RESUMO

A educação tem um papel no processo na formação humana, já a escola tem um papel fundamental na formação do indivíduo, contribui para formação do caráter, valores e virtudes e princípios morais é nela que se obtém conhecimentos que podem ser aplicados de uma maneira eficaz a sociedade e que produzam um bem para todos.

Este trabalho tem como objetivo identificar os fatores que contribuíram para mulheres negras privadas de liberdade evadir da escola. Para isto foram selecionadas 10 mulheres que se encontram em regime fechado com idade média de 32,8 anos sendo o desvio padrão da idade de 8,2 anos, sendo a média ponderada de 24 anos, a pesquisa foi realizada na CPHSPG (Cadeia Pública de Ponta Grossa Hildebrando de Souza), onde através da heteroidentificação, houve a seleção destas mulheres, a pesquisa teve que ser realizada pelos agentes penitenciários devido aos contratempos e burocracia do sistema. foram aplicados questionários com 22 perguntas, sendo entrevistas semiestruturadas abordando a trajetória escolar e social, assim como questões sobre a vulnerabilidade e aspectos socioeconômico. foram identificados em todas as 10 entrevistadas que todas, frequentaram a escola e que todas conseguem assimilar a importância da educação, para um futuro melhor e que em quase 100% dos casos a evasão destas mulheres deve se a problemas familiares e a necessidade de cuidar da família, seja dos filhos ou entes queridos, demonstrando que a decisão de abandonar a escola, está diretamente relacionado ao próprio papel da mulher na sociedade atual, onde a educação deixa de ser a prioridade, para que estas mulheres continuem a ser subjugadas, onde acabam desempenhando um papel composto por diversas cargas emocionais, onde enfrentam a vulnerabilidade e fragilidade do ambiente que pertencem, tendo que assumir suas identidades como mulheres negras, assalariadas e como responsáveis pelo cuidado da família. Outro fator identificado foi que 90% das entrevistadas estão encarceradas devido a problemas com drogas ou tráfico de drogas, sendo este tema quase sempre relacionado a vulnerabilidade social destas mulheres, outro fator a ser observado é que estas mulheres ainda que encarceradas ainda buscam na Educação uma forma de fugirem da realidade pesada do cárcere. Após se tornarem adultas e serem privadas da sua própria liberdade, tomaram ciência de que a Educação apesar de ter falhado com elas em algum momento de sua infância, é de suma importância para que haja possibilidades de seguirem outros caminhos.

Palavras-chave. Ressocialização; Vulnerabilidade sociais; Educação; Mulheres Encarceradas.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
1.1 TEMA	7
1.2 PROBLEMA	7
1.3 HIPÓTESE	7
1.4 JUSTIFICATIVA	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 MULHERES NEGRAS ENCARCERADAS.....	9
2.2 MULHER NEGRA NO BRASIL.....	10
2.3 VUNERABILIDADE SOCIAL DA MULHER NEGRA.....	12
2.4 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR.....	14
3 OBJETIVO	18
3.1 GERAL.....	18
4 METODO	18
4.1 PARTICIPANTES	18
4.2 LOCAL.....	18
4.3 INSTRUMENTO DE COLETAS DE DADOS	18
4.4 PROCEDIMENTO	19
4.5 ANÁLISE DE DADOS.....	19
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
5.1 PARTE I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS.....	20
5.2 PARTE II – DADOS DO CÁRCERE	24
5.3 PARTE III – TRAJETÓRIA EDUCACIONAL	28
5.4 PARTE IV – QUESTÕES RACIAIS.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
APÊNDICE	42

1 APRESENTAÇÃO

1.1 TEMA

O presente relatório de pesquisa, analisa a temática quanto a “Trajetória de Mulheres Negras Privadas de Liberdade”, com uma breve análise da trajetória educacional das mulheres privadas de liberdade e o papel da educação ou a falta dela na vida das entrevistadas.

1.2 PROBLEMA

Para a realização da pesquisa, considerou-se como problemática o histórico educacional e trajetória das mulheres negras encarceradas na educação e o impacto da educação na sua situação atual.

1.3 HIPÓTESE

Considerou-se como hipótese, que o abandono ou evasão escolar colaboram com o ingresso das mulheres negras para a vida criminal, pois sem a educação as mesmas possuem menos oportunidades na sociedade atual, elevando ainda mais a vulnerabilidade social destas mulheres negras.

1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo dados quanto ao perfil dos encarcerados publicados em 2016 pelo o Informações penitenciárias (INFOPEN), demonstram que existe uma geração de jovens dentro dos presídios brasileiros, com média de 18 a 29 anos. Ainda de acordo com os dados citados acima, existe em torno de 726 mil presos no Brasil, sendo 94% desta população carcerária são homens, dentre essa porcentagem de ocupantes, 64% são negros. Onde que, 61% desta população não concluiu o ensino fundamental I. Deste modo fica visível a necessidade de compreender se a Educação é capaz de

agir de forma transformadora ou a falta dela contribuiu para o atual cárcere desta população.

Um dos pontos-chaves deste estudo é a forma de como a população carcerária convive com a fragilidade do sistema e como ela se multiplica quando tratamos de mulheres encarceradas. Ainda de acordo com o INFOPEN 2016, as mulheres ocupam 6% da população carcerária, chegando a um total de 42.355 presas, seguidas do mesmo padrão masculino, sendo mulheres negras as maiores ocupantes da porcentagem de encarceradas.

Uma população de jovens, mães, solteiras e que não concluíram o ensino fundamental I e que cresce a cada dia. De acordo com o INFOPEN (2016), houve um aumento de 656% desde 2000, tornando o Brasil, o 4º país que mais prende no mundo. O perfil destas mulheres aponta que 74% são mães e que 45% das carcerárias brasileiras não foram julgadas ainda. Número que preocupa não somente ao poder judiciário, mas também ao educacional.

As mudanças devem começar na infância dessa mulher, a Educação deve ser vista como uma rede de proteção, capaz de promover um ambiente diferente ao que a criança pertence, pois, a relação com um ambiente acolhedor promove recursos para certas tomadas de decisões na vida adulta, conforme afirma Bronfenbrenner (1989, p. 191) sobre o desenvolvimento humano como "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida".

A reeducação carcerária que é proposta pelo sistema penal não é capaz de agir sozinha contra todas as desigualdades causadas pela falta de Educação e subsídios básicos de sobrevivência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MULHERES NEGRAS ENCARCERADAS.

A população carcerária vem crescendo a cada dia, uma população que vem de uma vulnerabilidade social alta e condição econômica baixa, mulheres encarceradas muitas vezes esquecidas pelas políticas públicas, o sistema carcerário tem como intuito a reeducação destas mulheres.

O cárcere torna-se, assim, o horto botânico, o jardim zoológico bem organizado de todas as “espécies criminosas”. A “peregrinação” neste santuário da realidade burguesa – isto é, neste lugar em que é possível uma observação privilegiada da monstruosidade social – torna-se, por sua vez, uma necessidade “científica” da nova política do controle social. (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p.213)

Estatísticas apontam que principalmente jovens do sexo masculino em embate com a lei, apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, associados aos colegas, pelo despreparo do corpo docente e da equipe escolar. Dificuldades em compreender esta população, que traz peculiaridades e necessidades especiais, vindo a ocasionar a exclusão do sistema educacional (GALLO E WILLIAMS 2008; ORMENO, 2012)

Estes fatores podem contribuir para o aumento da vulnerabilidade socioeconômica e evasão escolar desses sujeitos, a falta de políticas públicas impossibilita identificação e resolução dessa defasagem, onde um dos fatores presentes é a falta de Educação.

De acordo com dados do INFOPEN 2016, 53% da população brasileira são negros, já em comparação a população carcerária, 64% são negros, onde a grande maioria são homens negros atingindo 94% desta população e com baixa escolaridade.

Porém, quando comparado a população feminina que estão encarceradas, os dados apontam que 64% das que estão presas são negras, com baixa escolaridade e com média de dois a três filhos e que não concluíram o ensino fundamental.

Mello (2008) descreve a mulher encarcerada como solteira, jovem, tendo no mínimo dois filhos, ter exercido atividades informais e geralmente de baixo nível social, escolar e econômico. Fatores estes, ligados a vulnerabilidade social vivenciados por

essas mulheres, que seguem um perfil padronizado pelos padrões do sistema carcerários.

Santa Rita (2006) demonstra também que o Sistema Prisional Brasileiro aponta uma negação de gênero, criando assim uma desvalorização da mulher dentro das penitenciárias por meio da desigualdade social, discriminação e seletividade do sistema de justiça penal.

Segundo Pio (2006) o psicólogo que atua no contexto prisional, encontra com uma complicada realidade. As mulheres que estão presas, muitas vezes são julgadas de modo preconceituoso. Por passarem por um processo de objetivação, estas deixam de ser compreendidas como seres humanos, tanto pela sociedade quanto pelo sistema penitenciário.

2.2 MULHER NEGRA NO BRASIL

Identidade negra, vive diariamente em conflitos entre a liberdade da representatividade com a exclusão social, imposto em diversos ambientes, entre elas pode estar a exclusão da sua própria história e cultura, ligadas à sua representatividade, que é capaz de dar sentido a sua trajetória de mundo, conforme afirma Stuart Hall.

A representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Essa definição carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra. (1997, pag. 6)

A mulher negra tem sua própria identidade e nela suas marcas conduzidas socialmente, ainda de acordo com Stuart Hall, “Negro” é modificado em uma classe de essência. O “Negro”, como seu “Corpo negro”, é classificado, desconsiderando a memória histórica, a diversidade, o contexto social e cultural que traz consigo.

Esta modificação do negro é uma tentativa de obrigá-lo a uma condição, a um lugar social, que impões características, onde o negro seja visto pela sua cor, um olhar de descrédito, impossibilitado ser visto por sua totalidade de forma individual. Em

estudos realizados na década de 79 a 80 por, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, com base nos dados do IBGE, demonstraram que existe uma desigualdade entre o negro e o branco. E como essa desigualdade é capaz de produzir, uma submissão das raças, opressão para o povo negro e o baixo nível socioeconômico.

Desigualdade racial, que gera um racismo, este impregnado na sociedade, um racismo mascarado, mais existente, que dificulta o dialogo entres os povos brasileiros. Povo pertencente a um país miscigenado, de mistura de raças, que carrega marcas afrodescendentes. Conforme afirmava o reconhecido pesquisador suíço Louis Agassiz (1868:71) sobre a Mestiçagem brasileira, onde possibilitaria formar um país que se tornaria uma espécie de paraíso dos naturalistas.

"...que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental". (Louis Agassiz (1868:71).

Porém essas misturas entre as raças, não era bem vista pela sociedade branca, onde subjugavam uma desvalorização da sua espécie. Nos dias atuais temos reflexos dessa negação, onde a população brasileira segundo o IBGE 2018, gira em torno de 209 milhões de pessoas, os possíveis impactos causados pelos racimos, possibilita analisar que, grande parte desta população, compreende suas origens, mas nega ela quando, tem que se declarar pretas, isso fica evidente nos Censo demográfico do Brasil publicado em 2010. Onde, 47.51% se declaram brancos, 43.42% pardos, 7.52% pretos, 1.1% amarelo e 0.42% indígenas.

Estes 209 milhões, 48,4% são homens e 51,6% são mulheres, dentre estas mulheres muitas não se declaram negras, não assumem sua identidade, por medo de opressão? Ser aceita na sociedade? Ou simplesmente pelo fato de não conhecer suas próprias histórias? A identidade negra teve uma grande parcela, apagadas da história, o negro tem apenas os fatos da escravidão em sua memória. Segundo Fernando Henrique Cardoso, que já trazia em sua tese em 1962.

O preconceito de "raça" ou de "cor" era um componente organizatório da sociedade de castas. Nela, porém, a representação do negro como socialmente inferior correspondia tanto a uma situação de fato, como aos

valores dominantes na sociedade. (...) era um componente essencial e “natural” do sistema de castas. (...) apenas lateralmente, apesar da enorme importância desse processo, a função reguladora do preconceito agia no disciplinamento das expectativas e possibilidades de ascensão social: no caso dos mulatos claros livres. Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o “problema negro”, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis. (Cardoso, 1962, p. 281).

Estereótipos imposto pela sociedade, o preconceito racial não diminuiu ao logo dos anos, ele apenas se tornou um preconceito mascarado, levando algumas pessoas acreditar que ele não existe mais. As modificações que a população negra é sujeita fazer, seja nos cabelos, roupas, músicas, religião e cultura. Essas mudanças podem ser justificadas pela falta de encontrar sua representatividade, tendo que seguir outra essência imposta pelo embranquecimento.

2.3 VUNERABILIDADE SOCIAL DA MULHER NEGRA

A vulnerabilidade social é um conceito que atende diversos aspectos que lida com a condição de fragilidade material ou moral do sujeito ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social. Famílias que convive de forma precária tanto, habitacionais, educacionais, salariais e outros, pessoas estas que desempenha fatores importantes para os demais familiares, não somente na questão salarial, mas de estruturas e princípios. Segundo Sarti (1996) quando afirma que.

A família não é apenas uma relação afetiva mais forte dos pobres, o alicerce da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual proporcionam seu modo de vida, mas é a própria essência de sua identidade social. Sua importância não é operacional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.

A pobreza não pode ser estipulada de forma única, onde fica evidente, quando se tem uma parcela alta da população brasileira que não é capaz de gerar renda

suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna, recursos estes básicos como água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania. Segundo Guareschi (2000): Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes e poderosos para construir nossas sociedades. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada.

Questionada quanto às suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos, esta população sofre um crescimento diário, o Brasil por sua natureza já é um país desigual, de acordo Barros et al (2000b) que demonstra que o Brasil, no início do século 21, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres.

A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social

Apesar das políticas públicas, terem como dados um baixo rendimento nas estatísticas, de acordo como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2000 a 2010, houve um aumento no índice de desigualdade, aonde a população negra teve um percentual de 2,5%, ante 1,4% dos brancos, 1,9% das mulheres e 1,8% dos homens. Ainda de acordo com os dados a cima, existe uma desigualdade grande entre gênero, mas ela é capaz de ser multiplicadas quando tratamos de raça, o negro ainda sofre em outros requisitos com relação aos brancos.

Desigualdade está presente nos campos da Educação no campo de trabalho e meio social, e como apontado acima piora quando se trata de raça e gênero, sendo estas mulheres negras. Como consequência desta grande desigualdade as mulheres negras são as mais vulneráveis socialmente, mesmo assim grandes movimentos tentam mudar esta realidade como o feminismo que vem tomando seu espaço a cada dia, uma luta das mulheres negras para tomada de consciência da sociedade, de que as mulheres não são apenas objetos de manipulação e submissão dos homens.

O Brasil, é o quinto país em números de assassinato de mulheres, segundo a pesquisa publicada pela IVJ (Índice de Vulnerabilidade Juvenil) em parceria com a Unesco no Brasil (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

e Fórum brasileiro de Segurança pública em 2017. Apontam dados consideráveis, de assassinatos de mulheres negras e duas vezes maior que a das mulheres brancas, onde houve a necessidade de criar leis para inibir estes atos de crueldade contra essas mulheres.

Mulheres negra, estas que enfrentam suas dificuldades diárias, assumem responsabilidades domiciliares e são conduzidas por seus parceiros na maioria das vezes a seguir sua metodologia patriarcal, movidas de mediações das relações de exploração e dominação das Mulheres, onde os homens tendem como base seus relacionamentos conjugais relação de poder sobre suas esposas, onde estas acabam as vezes vitimadas por seus próprios parceiros.

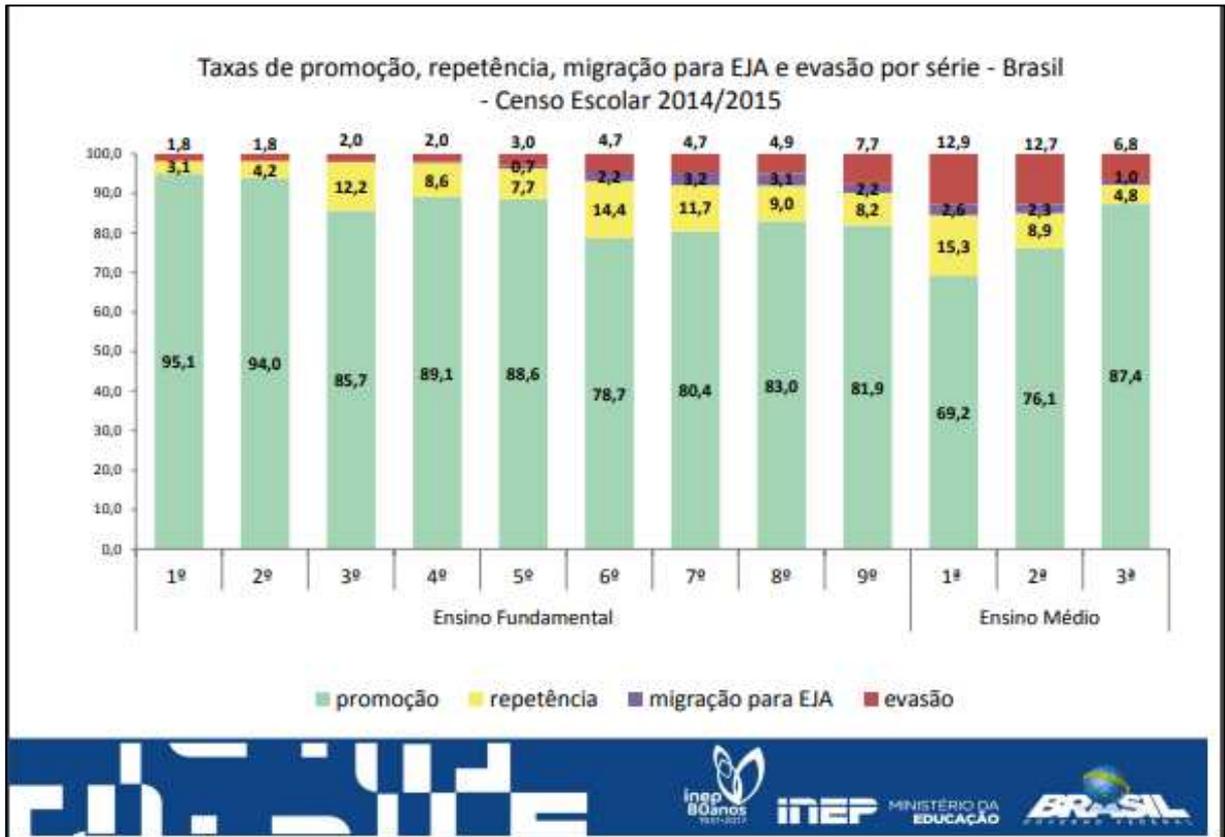
Ainda de acordo com a pesquisa realizada sobre IVJ, a taxa de assassinatos de mulheres brancas teve uma redução de 2005 e 2015, sendo 7,4%, já taxa de mortalidade negras aumentou em 22%. O perfil do Femicídio, é de jovens de 15 a 29 anos, negras, com baixa escolaridade, assassinadas pelos seus parceiros.

Ou seja, a cor da pele serve como um fator de risco, para estas jovens é possível observar que diversos dados publicados apontam que a população negra está sempre em destaques negativos, fatores estes que estão ligados à infraestrutura, moradia, vulnerabilidade social e econômica.

2.4 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR

A evasão e abandono escolar no Brasil cresce a cada dia, números alarmantes são divulgados pelas mídias e pelos órgãos competentes do setor da Educação, a evasão escolar e o abandono escolar, também está ligada com o fracasso escolar, pois o aluno na visão da escola não atingiu os objetivos estabelecidos, criando uma expectativa por parte da escola sobre seu aluno, onde a própria instituição não compreende o contexto em que esse aluno se enquadra, e os quais motivos podem os levar a desistir de seus estudos.

FIGURA 1 – EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR



FONTE: INEP CENSO ESCOLAR 2014/2015

É necessário compreender o contexto e conceitos de evasão e abandono. Silva Filho, Lima Araújo (2017), explica que a evasão escolar, é quando o aluno, sai da escola, podendo retomar em algum momento, já o abandono é quando o aluno sai sem intenção de retornar aos estudos, ainda de acordo com os autores quanto ao conceito de evasão e abandono escolar, é necessário compreender os aspectos e motivos das trajetórias dos alunos que permanecem nas escolas e dos que se desistiram, pois diversos fatores podem ter contribuído para permanência como desistência deste aluno na instituição.

Conforme ORMENO e STELKO-PEREIRA (2013), o Brasil necessita investir mais no sistema educacional no país, promovendo estratégias de permanências das crianças e adolescentes na escola, garantindo o direito a educação e subsídios para uma Educação de qualidade. O Brasil necessita de plano ação, para combater a falta de recursos nas escolas, investido na infraestrutura e profissionais capacitados.

Ainda de acordo com as autoras, é importante acolher essas crianças e adolescentes dentro da escola para que se sintam pertencentes aquele meio e incentivem a tomada de consciência dos familiares e comunidade escolar, para que os mesmos compreendam a importância dos estudos. E por fim proporcione para todos os brasileiros, sonhos, planejamento e expectativas de vida.

Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) 2015. Criado como uma forma de indicador da Educação básica, o INEP, informa que o índice de evasão e abandono escolar crescem a cada dia, ainda segundo os dados, o abandono está decorrente a falta de interesse nos estudos, necessidades de trabalhar, drogas, alcoolismo e outros, estes jovens, que na grande maioria das vezes enfrentam questões ligadas vulnerabilidade social, dentre outros fatores de risco. São mais propícios a ter menor índice de rendimento, portanto são mais propensos a evasão escolar, esse crescimento fica evidente principalmente no 1º ano do ensino médio. Segundo os dados publicados pelo INEP, tem uma defasagem de 12,9% do abandono e evasão escolar, aonde 48% são homens e 52% são mulheres.

Dentre estas mulheres, 29% não declaradas, 4% pretas, 36% pardas e 31% brancas, considerando que o Brasil é um país multirracial, e levando em conta que segundo o IBGE 2018, 51% da população brasileira é negra, uma grande parcela de pessoas que não se denominam pretos, pode elevar os números de mulheres negras fora das escolas, decorrentes dos diversos fatores que estão sujeitas. Segundo uma pesquisa realizada pelo grupo UNESCO 2011, demonstra fatores preocupantes sobre a qualidade de ensino no país, entre 127 países o Brasil, ocupa a 88ª posição no ranking, relativo ao acesso à educação infantil, a taxa de analfabetismo, às desigualdades de gênero no acesso e na permanência na escola e a frequência de repetência escolar.

É de suma importância que o Brasil posicione a Educação no topo de suas prioridades, para que haja uma obtenção na qualidade do ensino para a sociedade segundo Nilma Lino Gomes, A escola, como instituição social responsável pela composição, cessão e socialização do conhecimento e da cultura, demonstra-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são propagadas. Mas é um local também importante, pois é onde estas podem ser superadas.

O contexto educacional deve proporcionar a estas mulheres negras, o conhecimento da história do seu povo e suas origens, que encontre na escola, suas representatividades raciais respeitadas e garantidas, não somente nos aspectos do seu tom de pele, mas nas matérias didáticas que acabam omitindo a trajetória do negro na sociedade, apenas demonstrando o negro como escravo, que devia obediência e submissão aos seus senhores. Para que possa ser garantido, esta temática nas escolas, foi criada uma lei como o intuito de exigir o ensino da cultura afro-brasileira e indígenas, previsto na constituição da LDB (Lei de Diretrizes e Base) a lei 10.639 criada para garantir a todos os cidadãos brasileiros o conhecimento da sua própria cultura. Trazendo como obrigatoriedade o ensino da história e cultura afro-brasileiras e indígenas, nas disciplinas já existente na grade curricular.

3 OBJETIVO

3.1 GERAL

Analisar a vulnerabilidade social e educacional e sua relação com a evasão escolar de mulheres negras encarceradas.

4 METODO

4.1 PARTICIPANTES

Foram coletadas informações de 10 mulheres encarceradas com idade entre 24 e 53 anos com média de idade de 32,5 anos, sendo o desvio padrão da amostra de 8,2 anos. Com exceção de uma entrevistada sendo a mais nova, as demais possuem filho ao menos um, sendo 74% com dois a quatro filhos. A seleção do perfil das encarceradas ocorreu através da heteroidentificação que complementa à autodeclaração realizados pelos agentes penitenciários.

4.2 LOCAL

A entrevista e coletas dos dados foram obtidas na Cadeia Pública de Ponta Grossa- Mini presidio Hildebrando de Souza (CPPG) localizada na cidade de Ponta Grossa, 103 quilômetros da capital Curitiba. O instrumento de coletas foi realizado por agentes penitenciários devidos a burocracia do sistema carcerário. Onde houve a necessidades de acionar redes parceiras para elaboração desta pesquisa.

4.3 INSTRUMENTO DE COLETAS DE DADOS

Foi utilizado um questionário composto por 22 questões, sendo 10 perguntas quantitativas e 12 qualitativas.

Questionário contendo 22 questões fechadas elaboradas pela pesquisadora.

Abordando assuntos relacionados a vulnerabilidade, situação socioeconômicas, condições educacionais, histórico infracional e histórica familiar.

4.4 PROCEDIMENTO

Para a realização da pesquisa, foram solicitadas a aplicação do questionário na CPPG, com a premissa principal de que as participantes fossem mulheres e declarantes de como sendo mulheres negras, encontrasse em regime fechado e que tenham cursado mínimo cinco anos do ensino fundamental. Os questionários foram aplicados aleatoriamente de acordo com as disponibilidades das encarceradas.

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Os questionários foram analisados de forma descritiva e quantitativa, considerando as respostas diretas e as descrições curtas das questões. O questionário foi elaborado pela própria pesquisadora, com base na identificação do perfil sociodemográfico das encarceradas, dados do cárcere, trajetória educacional e questões raciais vivenciadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de responder os objetivos da pesquisa, se a falta da Educação na vida das mulheres pesquisadas pode ter contribuído para o atual cárcere delas ou se a Educação pode agir de forma transformadora na vida dessas mulheres. Para isto serão apresentados os resultados da pesquisa, correlacionando com estudos realizados sobre as temáticas apresentadas a cima sobre a vulnerabilidade social, evasão e abandono escolar, representatividade racial no âmbito escolar e o sistema carcerário feminino. O questionário aplicado nas encarceradas negras, foi dividido em quatro partes, sendo sobre os dados sociodemográficos, dados do cárcere, trajetória educacional e questões raciais.

5.1 PARTE I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Dados demográficos visam compreender o perfil do comportamento social das mulheres negras privadas de liberdade, tanto no meio social como familiar, para que haja uma breve análise sobre os possíveis impactos causados pela interação social que a mesma teve antes do seu cárcere, e de que modo isso influenciou em sua trajetória acadêmica. Compreendendo a primeira relação e experiência as mesmas obtiveram dos seus familiares.

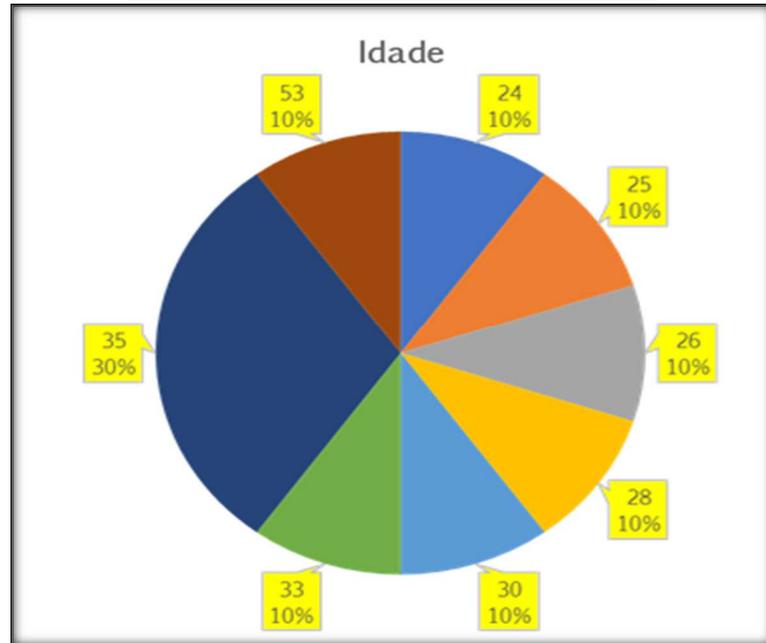
Conforme já citado por Sarti (1996), relata que a família não é apenas um suporte para o indivíduo, mas sim sua própria identidade. A pesquisa demonstrou que as mulheres negras se encontram vulnerais no seu âmbito familiar, em alguns casos reproduzindo atos vivenciados pelo o contexto que estava inseridas como influenciadas por pessoas próximas do seu convívio familiar, constatando a necessidade de se repensar as bases familiares que estas mulheres pertencem e como pode constituir suas futuras famílias com o mesmo valor e virtudes que recebeu por seus familiares, ocasionando a reprodução em seus filhos.

Foram entrevistadas 10 mulheres, sendo todas declarantes negras, com idade média de 32,5 anos, sendo a mais velha com 53 anos e a mais nova com 24 anos.

Esta média possui um desvio padrão de 8,2 anos, sendo assim a média ponderada da idade em 24 anos. Outro fator a ser levado em consideração na média

das idades é a idade em que as entrevistadas ingressaram no sistema penitenciário, sendo este número relevante para análises futuras.

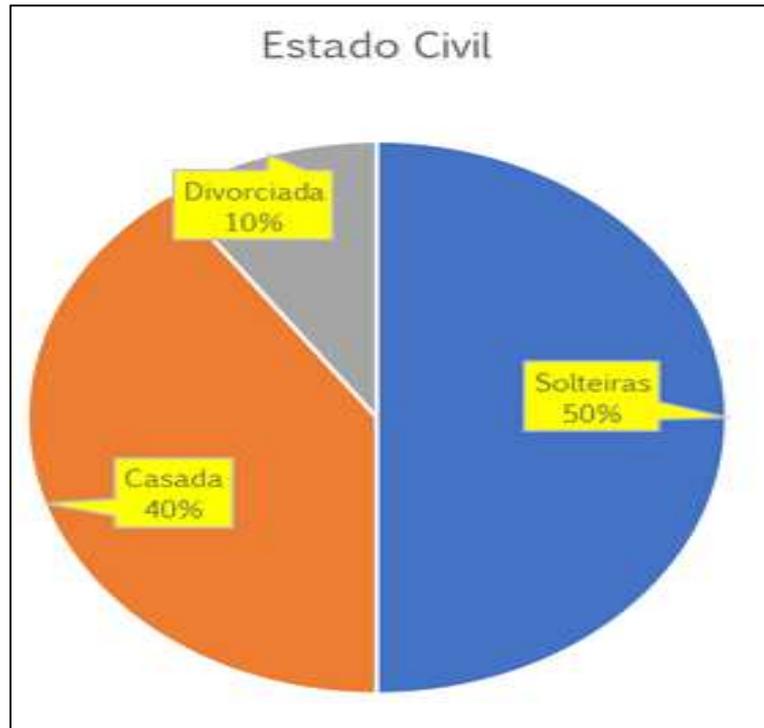
FIGURA 2 – IDADE DAS ENTREVISTADAS



FONTE: PRÓPRIO AUTORA 2018.

Quanto ao estado civil, cinco se declararam solteiras e quatro casadas, e apenas uma divorciada, estes dados refletem em suma o dado do INFOPEN (2016), que descreve as mulheres encarceradas como “Uma população de jovens, mães, solteiras”.

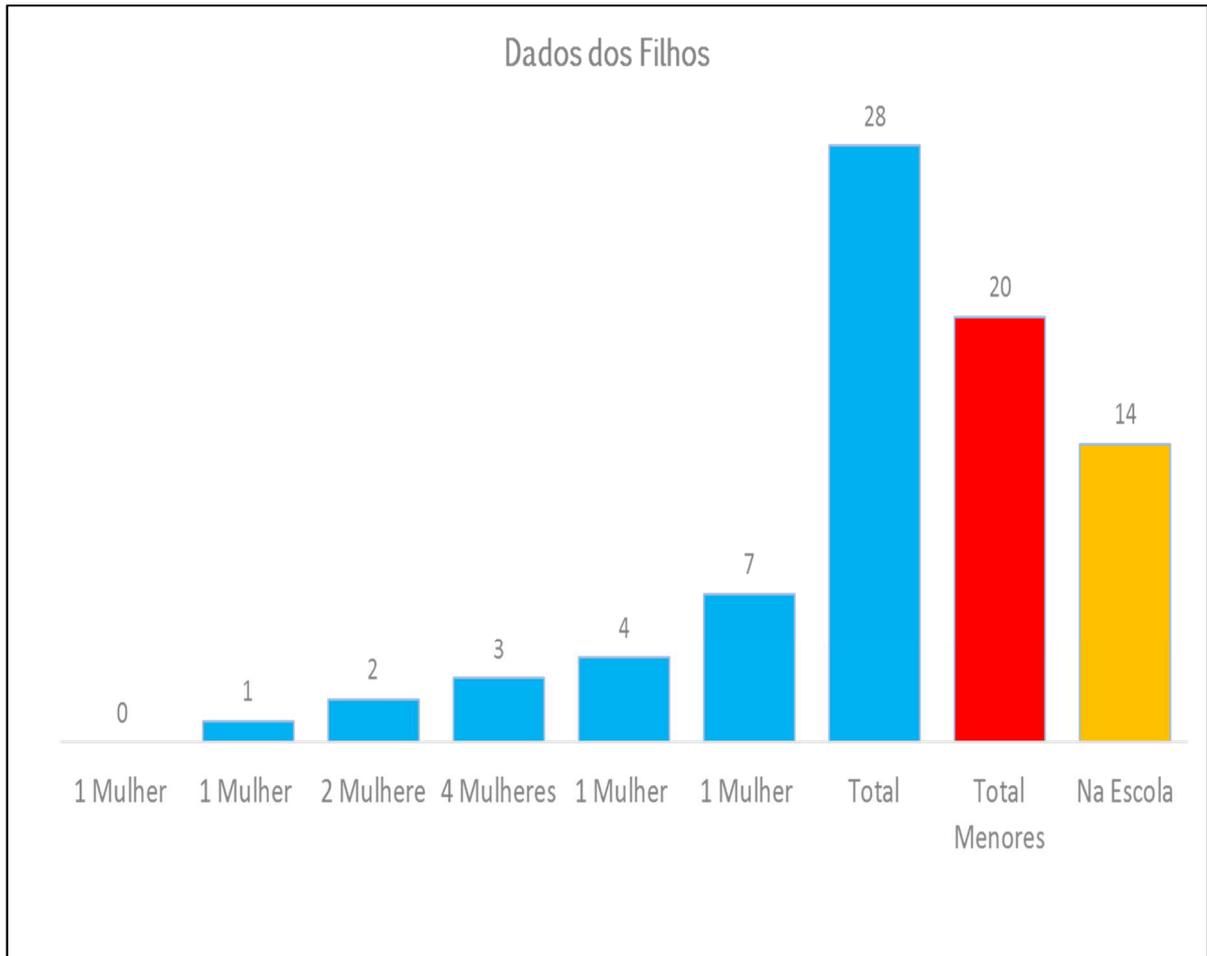
FIGURA 3 – ESTADO CIVIL



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Com relação aos filhos, nove das entrevistadas declaram ter filhos, sendo a soma de todas de 28 filhos, deste 21 ainda são menores de idade. Com relação ao estudo, as entrevistadas informaram que 16 dos 28 frequentam escola atualmente, já os outros filhos, sete são maiores de idade e já não frequentam a escola e cinco não vão à escola, porque não estão em idade escolar, não sendo obrigatório a frequência de acordo com as mães.

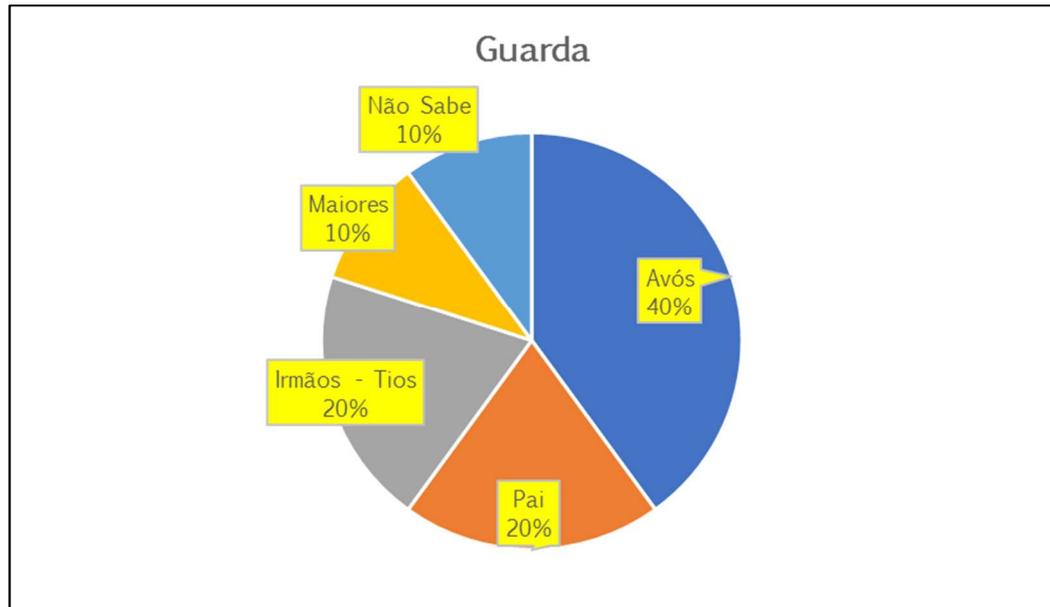
FIGURA 4– IDADE DOS FILHOS



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

No que diz respeito a guarda dos filhos, considerando, que quatro das entrevistadas declararam ser casadas, os filhos deveriam estar na guarda dos pais, mais conforme a declaração das próprias participantes, os quatro filhos estão sobre a guarda dos avós. Dados indicam que, existe uma necessidade de analisar que esses avós cometeram certos erros na criação da filha e que as falhas podem ser reproduzidas aos netos. Já as demais presas alegaram que seus filhos estão sobre a guarda de tios, pai e irmãos mais velhos.

FIGURA 5 – GUARDA DOS MENORES



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Lopes, Neri e Park (2005) ressalta que a maioria dos estudos sobre o tema apontam para os efeitos negativos sobre diversos âmbitos da vida dos avós que criam os netos, como sobrecarga financeira, conflitos com os filhos devido as divergências na educação das crianças e às vezes pela custódia legal dos netos. Além disso, queda na qualidade de saúde física e emocional das avós, com incidência de depressão e baixa saúde percebida, interferência na vida social e familiar, cansaço e esgotamento emocional.

5.2 PARTE II – DADOS DO CÁRCERE

A pesquisa teve como intuito constatar em quais artigos penais que as mesmas foram enquadradas e de que forma estão interligadas com relação ao código penal, gênero e raça. Nos últimos dados apresentados em 2016 pelo Infopen, traz o perfil das mulheres encarceradas no Brasil, que giram em torno de 42.355 mulheres presas onde 64% são negras e na grande maioria são presa por tráfico de drogas. Mulheres solteiras, jovens, tendo no mínimo dois filhos, que exerceram atividades informais e de baixo nível social, escolar e econômico Mello (2008).

Outro aspecto esta correlacionado ao gênero de acordo com Santa Rita (2006) que traz em seus estudos que o próprio sistema prisional cria uma desvalorização da mulher dentro das penitenciárias, através da discriminação e seleção por parte do sistema da justiça penal.

Quanto aos crimes e penas que levaram ao cárcere das entrevistadas, nove estão relacionados ao tráfico de drogas, que geram penas médias de 8 a 12 anos de reclusão, Chalub e Telles (2006) descrevem o transtorno do uso de drogas como um passo a criminalidade, aumentando os atos de violência. Cabe mencionar que apenas uma das entrevistadas, foi condenada por homicídio, sendo enquadrada como crime hediondo¹.

FIGURA 6 – TIPO DOS CRIMES



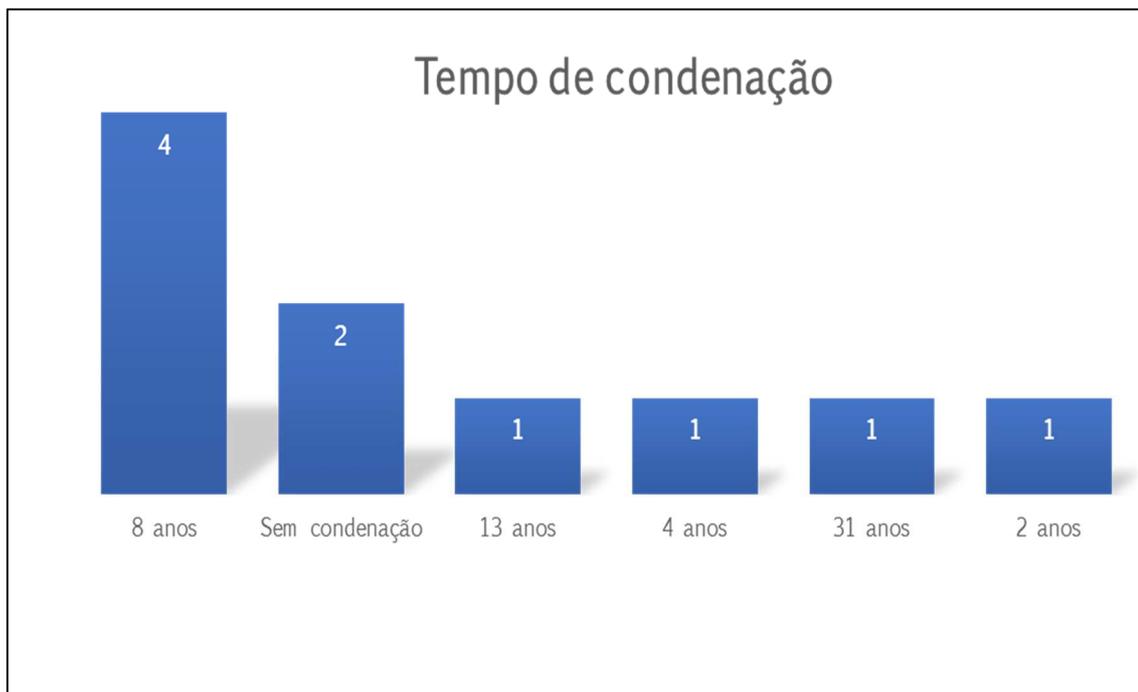
FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

¹ Conforme a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, no Art. 1º descreve que são considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, in fine), extorsão qualificada pela morte, (art. 158, § 2º), extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, caput e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

De acordo com Lopes, Argimon, Mello (2010), as mulheres encarceradas estão introduzidas em um ambiente sócio familiar, onde envolvimento com a droga e o encarceramento estão correlacionados como fatores de vulnerabilidade social. Mello em 2008 apontou que as mulheres estão sendo cada vez mais protagonistas dos delitos, deixando se der apenas participantes e tornando-se a executora dos crimes, no caso das prisões por fatores de envolvimento de drogas, estas mulheres deixaram apenas de portar as drogas e sim de serem as comercializadoras dos ilícitos, coagindo inclusive outras mulheres, outro fator é que estas mulheres acabam tomando o papel de seu conjugue e parente próximos, quando da prisão destes.

Das 10 entrevistadas, seis já foram julgadas e estão cumprindo as suas penas, sendo que, a com maior tempo restante com 10 anos e a menor faltando apenas 14 meses. Sendo que para esta inicia-se um processo de reingresso na sociedade.

FIGURA 7 – CONDENAÇÕES



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Quanto a perceptiva dos condenados, a pena de prisão tem revelado, quase sempre, uma experiência marcante. A discriminação social que impõe, a relativa desumanização associada à vida encarcerada e a própria desorganização e fragilização das condições de existência, decorrentes da retirada de contextos de integração familiar e laboral, constituem os traços essenciais dessa experiência, a qual tende a ser representada e vivida de forma negativa pelos condenados (Carmo, 2009, p.6).

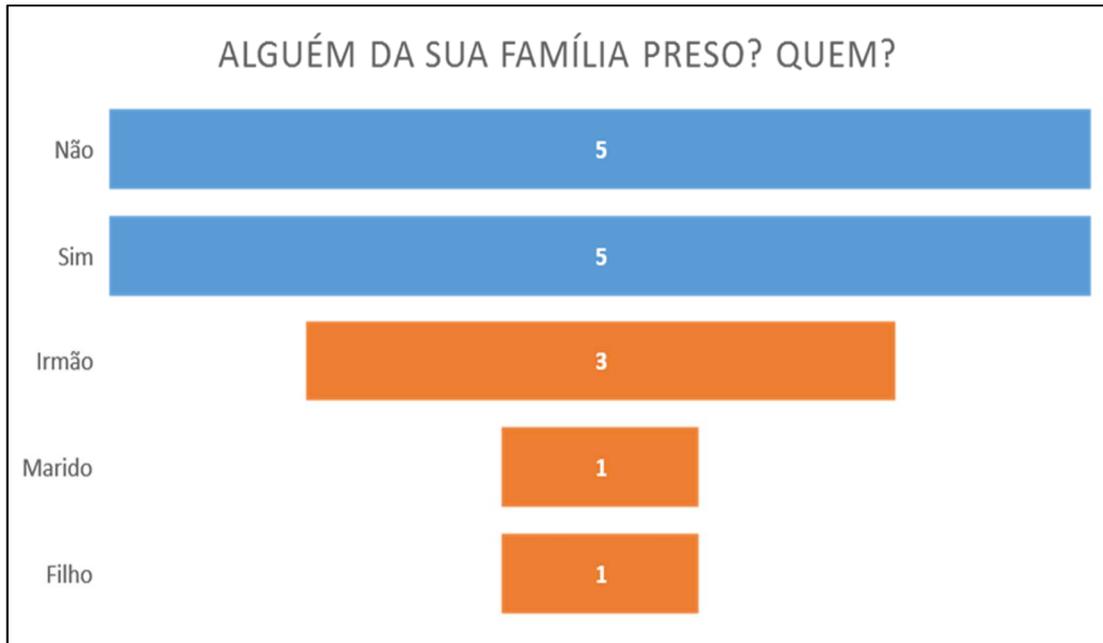
O Direito Penal, na atual, obedece aos princípios do respeito pela pessoa e liberdade humanas. Aparentemente, alega-se não tanto o castigo dos delinquentes, mas a sua recuperação, a fim de integrá-los na sociedade. Nas palavras de Santos (2003).

Outro fator observado é que quatro mulheres, estão encarceradas mesmo sem terem sido julgada, sendo uma a sete meses no aguardo de seu julgamento. Segundo os dados do INFOPEN 2016, 45% das mulheres privadas de liberdade não haviam sido julgadas, números estes confirmados nesta pesquisa.

Onde conforme os relatos, duas das presas que foi submetida a entrevista, encontra-se em regime fechado, cumprindo sua pena de acordo com o artigo em que foi enquadrada, antes mesmo de ser julgadas. E segundo elas não tem previsão para o seu julgamento, o que dificulta ainda mais a espera pela liberdade.

Outro dado que chama a atenção é que cinco das encarceradas não possuem ou possuíram, familiares encarcerados, e as demais quando possuem são parentes de 1º grau, como irmãos, filhos e maridos. Ou seja, quando questionadas sobre ter algum parente presidiário, fica visível que são pessoas próximas do convívio familiar, na grande maioria das vezes, levando a se pensar se o ambiente que levou estes parentes a se tornarem presidiários, contribuiu para o atual cárcere dessas mulheres.

FIGURA 8 – FAMILIARES QUE JÁ PASSARA PELO SISTEMA CÁRCERARIO



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

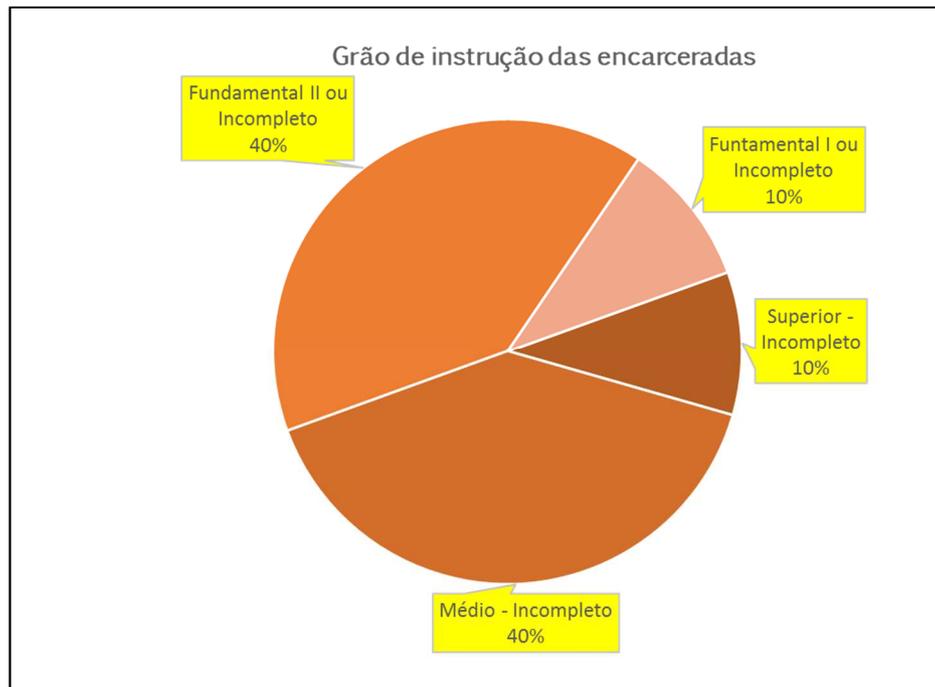
Segundo Lopes, Argimon, Mello (2010), o envolvimento das mulheres com a droga é muito forte, e relaciona-se com três tipos de delitos, sendo eles: tráfico de drogas, roubo e furto. De uma forma direta pelo uso próprio com ligação a familiares, ou tráfico de drogas envolvendo a família, Mello (2008), aponta que a maioria das mulheres presas já teve algum membro da família em situação de encarceramento e tiveram contato com o ambiente prisional antes do encarceramento através de visitas.

5.1 PARTE III – TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Na pesquisa foi detectado que 9 das 10 participantes obtêm baixa escolaridade, sendo cinco com o ensino fundamental II incompleto, quatro com o ensino médio incompleto e apenas uma com o ensino superior incompleto. E quando questionadas sobre a importância dos estudos todas foram unânimes nas suas respostas, demonstraram em suas falas, que depois de serem privada da sua liberdade o estudo teve seu significado. Ou seja, compreendem a suma importância

dos estudos e correlacionam o futuro melhor quando se tem estudos, trazendo em suas concepções a Educação como fonte transformadora.

FIGURA 9 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO



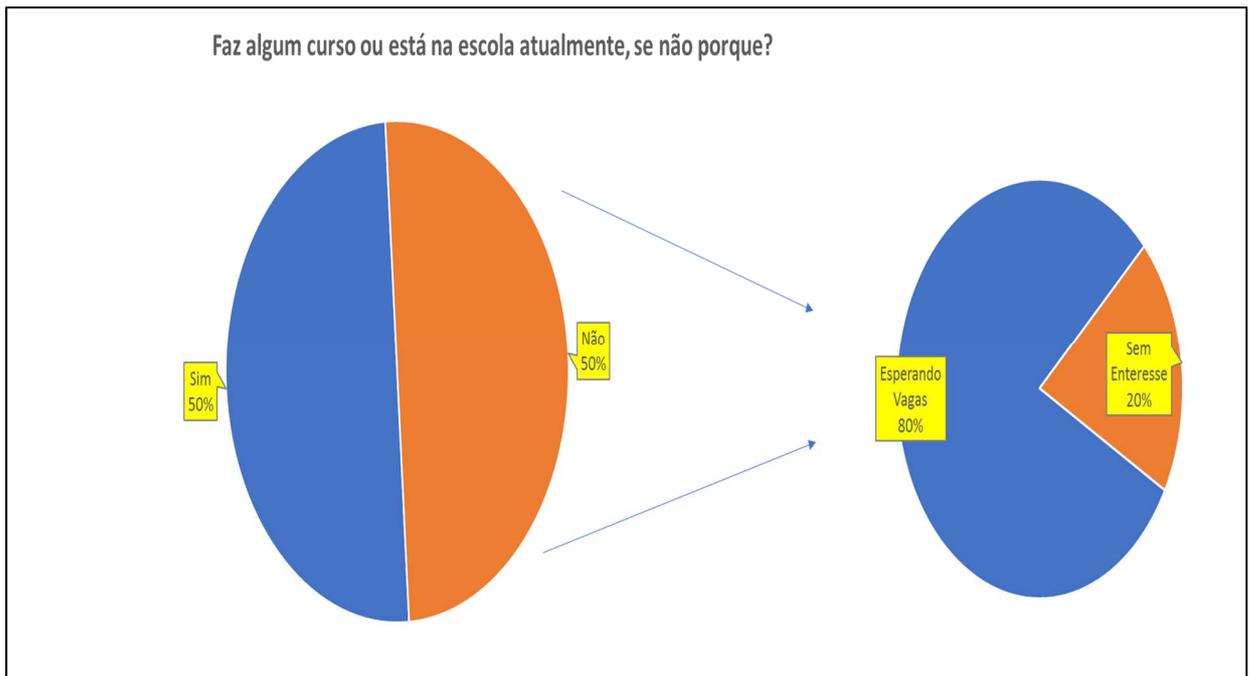
FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Correspondem aos números trazidos pelo Inep 2017 sobre abandono e evasão escolar, que vem crescendo ao longo dos anos, jovens que não concluíram o ensino básico por questões ligadas a vulnerabilidades sociais.

Ormeño e Pereira (2013) e Ormeño e Williams (2013), ressaltam semelhanças em seus estudos, nos quais o perfil das mulheres encarceradas brasileiras, contempla baixo nível social e econômico e baixo nível educacional. Confirmados na pesquisa aplicadas com as detentas, outro fator importante que foi analisado, foi o grau de instrução dos genitores das encarceradas, que demonstraram que a falta de Instrução educacional em sua trajetória poderia estar ligada a falta de estudos que seus pais tiveram. Lins, Lima-Nunes, & Vasconcelos, 2010, afirma que. No ambiente familiar é possível um indivíduo ter sentimentos positivos quanto negativos e que no contexto familiar não existe modelo livre de adversidades

Com relação a realização de cursos ou continuidade dos estudos, cinco cursam ou cursaram curso no cárcere e inclusive, estão cursando ou concluíram os estudos, e os demais cinco alegam que estão aguardando vagas ou não possuem interesse no estudo no cárcere.

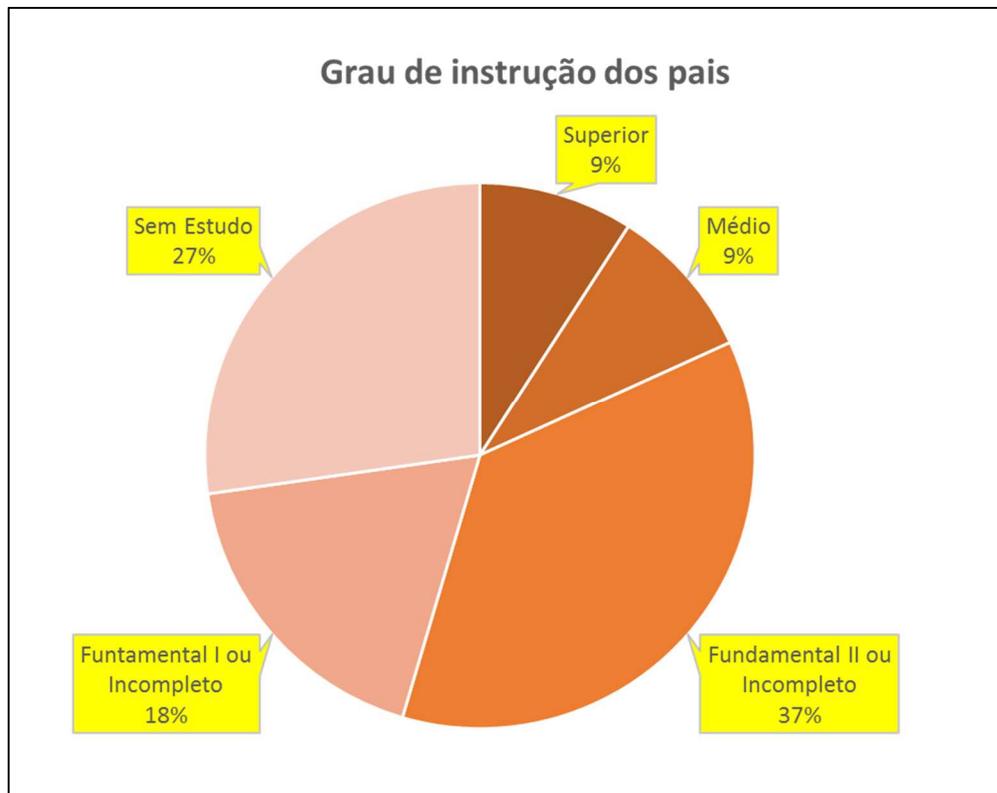
FIGURA 10 – EDUCAÇÃO NO CÁRCERE



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Apenas uma das encarceradas informou que possui os pais com Ensino Médio Completo, sendo esta mesma a única com o genitor com Ensino Superior. Maia e Williams (2005) descrevem como fatores de proteção, quando há no ambiente familiar afeto, normas e regras, quando os pais incentivam os estudos. Existe uma probabilidade de que essa criança consiga desenvolver de maneira saudável sua autonomia, pois ela aprende valores e comportamentos favoráveis a cultura da família. A criança é como um receptor que adquire o que a família passa para ela, neste contexto fica claro que quando os genitores possuem maior grau de instrução como curso superior, mitiga o risco e o fator quanto a vulnerabilidade ao crime, visto que existe um exemplo a ser seguido e um padrão que serve como modelos para a criança.

FIGURA 11 – EDUCAÇÃO DOS PAIS

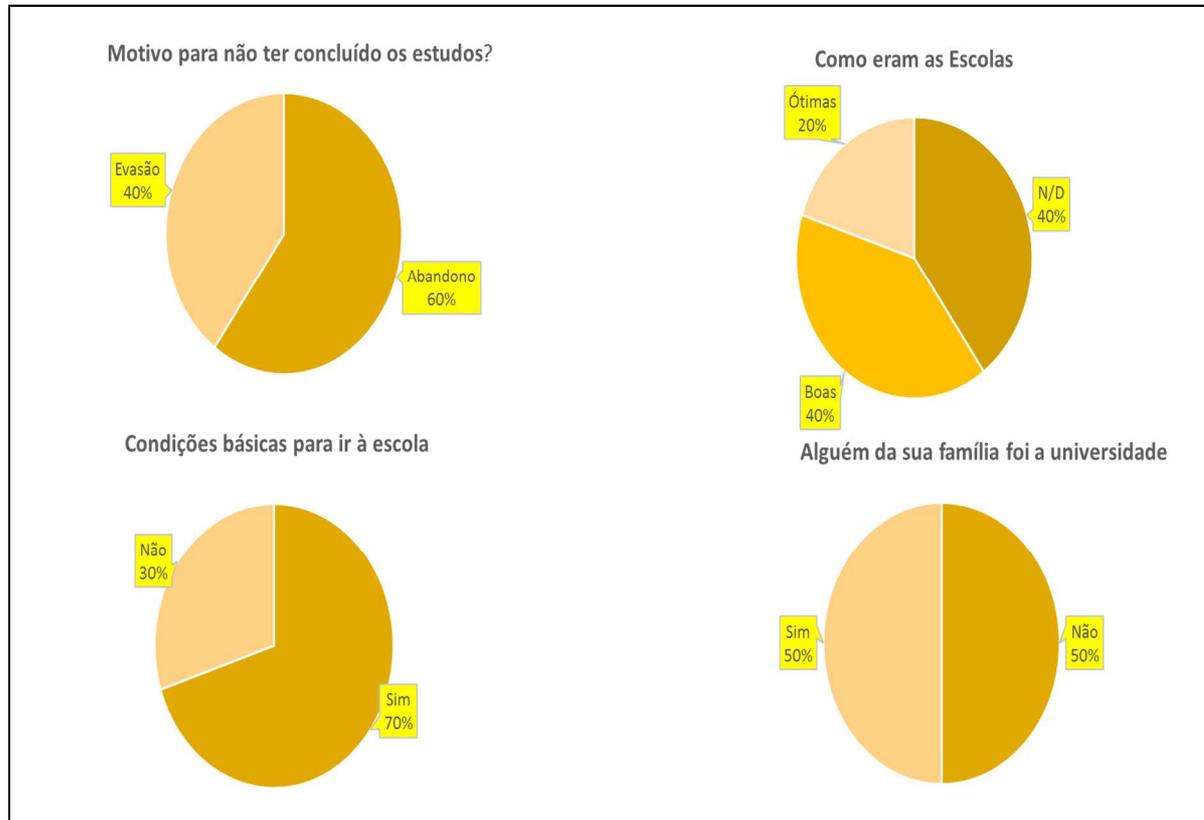


FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Quanto as questões educacionais setes das encarceradas, alegam o abandono da escola e três evadiram, sendo quatro por motivo de filhos e trabalho e os demais seis por motivos particulares diversos, mas nenhuma delas declarou, abandono ou evasão por não gostarem da escola, sendo dez por motivos externos ao ambiente escolar.

Com relação a classificação das escolas aonde as entrevistadas estudaram, classificando como boas, e quando perguntadas quanto as condições básicas de para ir à escola como uniformes e materiais, sete declaram que tinham condições.

FIGURA 12 – HISTÓRICO EDUCACIONAL



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Quando questionadas quanto ao papel da escola, mesmo que cada uma tenha descrito com suas palavras, houve unanimidade que o papel da escola é a formação e educação, conforme as falas descritas abaixo.

A entrevistada um, que possui 26 anos, solteira e com três filhos, sendo todos menores, e sob a guarda da Avó, que está reclusa devido ao crime de tráfico de drogas, descreveu o papel da escola como:

- *“Boa formação, socializar o aluno, preparar profissionalmente para o campo de trabalho na sociedade”.*

A entrevistada dois, que possui 28 anos, solteira e com três filhos, sendo todos menores, e sob a guarda de tios e irmãos, que está reclusa devido ao crime de tráfico de drogas, descreveu o papel da escola como:

- *“Importante, boa formação, até mesmo para arrumar serviço e cursos profissionalizante, tudo depende do estudo”.*

A entrevistada três sendo essa a mais velha do grupo com 53 anos, divorciada e com sete filhos, sendo apenas um menor com deficiência especial, sob a guarda de tios e irmãos, que está reclusa devido ao crime de tráfico de drogas, descreveu o papel da escola como:

- *“Tudo de importante na vida”.*

A entrevistada quatro, que possui 24 anos sendo a mais nova, solteira e sem filhos, que está reclusa devido ao crime de tráfico de drogas, descreveu o papel da escola como:

- *“A escola tem papel importantíssimo somente através dela podemos ter a oportunidade de sermos inteligentes para não estar aqui”.*

A entrevistada cinco, que possui 33 anos, solteira com dois filhos, sendo todos menores, estando todos na guarda do pai, que também já passou pelo sistema penitenciário que está reclusa devido ao crime de tráfico de drogas, descreveu o papel da escola como:

- *“Formar bons cidadão, alfabetizar profissionalizar”.*

Quando indagado as entrevistadas sobre se a escola poderia ter feito algo diferente, sete disseram que sim, mas não justificaram como, apenas uma disse que não e duas não responderam.

GRACIANO, 2005, demonstra que mesmo no ambiente prisional a educação para as mulheres presas apresenta dificuldade, pois as mesmas apresentam desinteresse pelas atividades educacionais sendo à falta de condições emocionais, resultantes da situação de tensão interna à instituição prisional. A Educação ajuda e proporciona a conquista da sua liberdade, que sucede em resgate social e Educação libertadora com o intuito da autonomia, sustentabilidade e minimização de discriminação social.

Mesmo diante de um quadro de adversidade emocional e material, aquelas que estudam na prisão descrevem a escola como uma instituição à parte, onde são tratadas com respeito.

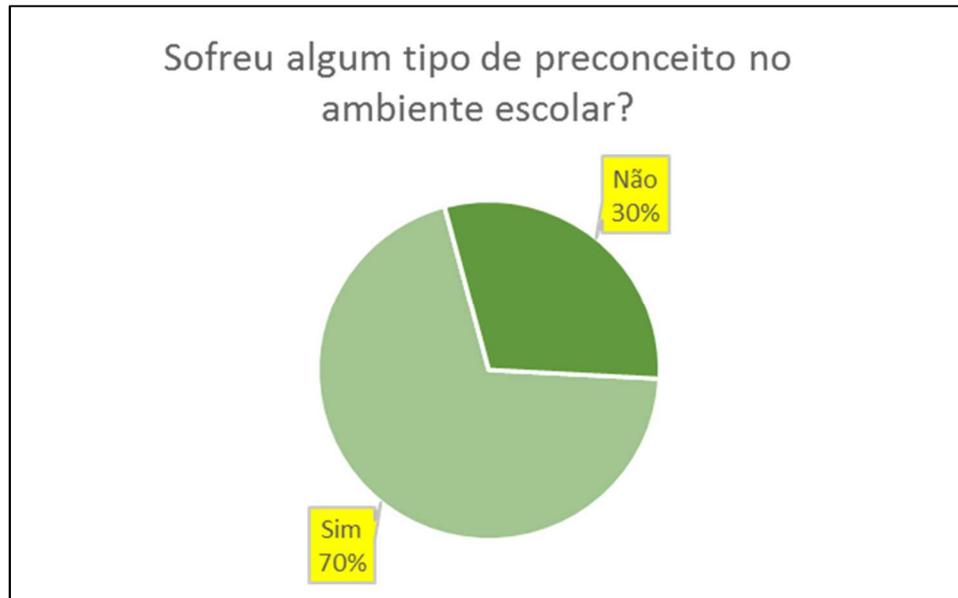
Quanto a familiares que foram ou estão na universidade cinco, possui familiares que estão ao já são formados, sendo uma delas ainda declarou que “*sim, meu irmão mais novo tem melhores condições depois de formado*”, demonstrando a ligação entre a Educação e melhores condições de vida.

5.4 PARTE IV – QUESTÕES RACIAIS

A ideia central da pesquisa foi abordar questões educacionais das encarceradas, dentre essas questões raciais, cujo o objetivo foi compreender a importância da representatividade no contexto educacional, o conhecimento da cultura negra possibilitando o seu auto reconhecimento, segundo GEETZ (1996), cultura pode ser compreendida como uma instituição pública que proporcionou ao homem, historicamente, construir-se e se representar a si mesmo. A escola deve ser um dos principais meios de esclarecimento culturais e história, pois é um dos ambientes que mais possui um cruzamento de cultura, conforme afirma Perez Gomez (2001). Deste modo cabe a instituição escolar promover um diálogo entre a luta contra o preconceito ao invés de promover ainda mais a intolerância racial dentro da população.

Uma questão que leva há uma reflexão é que sete declaram ter sofrido algum tipo de preconceito no ambiente escolar, e mais da metade preconceito relacionado ao tom de pele, ou seja, por serem negras, “ sim, na escola sempre sofri, pela minha cor”; “ na escola sim, por causa do cabelo e tipo de pele”; “sim, por ser negra e usar óculos”, mas quando questionadas quanto a preconceitos no cárcere quatro disseram não e seis declaram que sim, de todos os tipos e muitos indiretamente.

FIGURA 13 – PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA



FONTE: PRÓPRIA AUTORA 2018

Nas questões, se elas se sentiam acolhida pela escola e se questões raciais eram discutidas, apenas quatro informaram que sim e que as questões raciais eram discutidas, demonstrando que mesmo que todas entendam a importância da escola, seis delas não se sentia acolhida e muito menos que as questões raciais foram abordadas, demonstrando que a escola não executa o seu papel de mediador social e nem mesmo de integrador.

Apenas quatro alegam ter vivenciado discussões raciais na escola, mas algo que chama atenção nas respostas, é que duas encarceradas, lembram o nome e disciplinas ministradas por duas professoras negras que tiveram durante a sua trajetória educacional, demonstrando o simples fato de ter uma professora negra, representa um fator de proteção e ocasiona uma valorização da representatividade na vida dessas mulheres.

A representatividade racial nas escolas, sete das entrevistadas declara que teve um professor negro, que muitas vezes mesmo depois de tanto tempo longe dos

estudos ainda se recordam dos nomes e das matérias dadas por estes professores, demonstrando o quanto tal fato marcou a trajetória escolar das encarceradas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as respostas obtidas na pesquisa através do questionário e referencial teórico, conclui-se que, a trajetória educacional das mulheres negras privadas de liberdade condiz a diversos fatores de risco. Relatos das entrevistadas demonstraram que sua trajetória familiar, o ambiente no qual cresceram e estavam inseridas antes de entrarem no sistema penitenciário, conduziram suas condutas atuais.

Onde a vulnerabilidade social, baixa escolaridade e a falta da representatividade positiva na vida destas mulheres podem ser consideradas como fatores de contribuição para o atual cárcere dessas mulheres. De acordo com as próprias presas a Educação é capaz de transformar a vida de um sujeito, possibilita ter outras opções de vida, mas a falta dela também contribui para o destino amargo, o do cárcere. Conforme as próprias entrevistadas, o papel da escola vai além de ensinar, a instituição deve compreender os fatores de risco que seu aluno enfrenta diariamente, a escola deve atuar como rede de proteção para o seu aluno. Apesar de não ter vivenciado esse olhar da escola com sigo mesma, de não terem professores acolhedores, ou seja, a escola não conseguiu ser uma rede de proteção na vida delas.

Hoje dentro do sistema carcerário elas obtêm uma concepção diferente sobre a importância da educação na formação do sujeito. Uma das palavras mais citadas dentro do sistema prisional brasileiro é “Reeducação”, mas como reeducar dentro de um sistema que enfrenta falhas em suas execuções? As mulheres são julgadas por sua classe social, raça e gênero, suas penas criminais conduzidas a uma sentença opressora e que em muitos casos nem pena julgadas possuem.

O objetivo do trabalho vai além de confirmar os dados citados no referencial teórico, mas sim possibilitar uma breve reflexão sobre a carga emocional enfrentadas por essas mulheres, que são excluídas da sociedade, com o intuito da dominação do seu corpo, acreditando que um ambiente hostil com péssima alimentação, selas superlotadas, local vulnerável e de múltiplas culturas e contextos sociais, ira reeducação esta mulher para se tornar uma pessoa bem vista pela sociedade. Porém cabe pensar-se que o ambiente é capaz de modificar o sujeito, tanto para aspectos positivos ou negativos.

A Educação deve ser pensada desde a infância, onde compreende-se que é a fase que o sujeito forma suas virtudes e valores. A clareza que as encarceradas têm sobre o papel da educação depois de adultas, deveriam ser apresentadas desde o seu tempo de criança.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Louis. **Uma Viagem ao Brasil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.
- BERMAN, Marshall; **tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo, Companhia da Letras, 1986.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, 1988.
- BRASIL. **Sistema integrado de informações penitenciárias**, 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base**, 2003
- CANDAU, V. M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45- 56, 2008.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.
- CARMO, **O impacto da prisão na conjugalidade**. Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, Portugal. I. (2009)
- CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho et al. **A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira**. Ciclo de Estudos Históricos da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.
- CHALUB, M. e TELLES, L.EB.. **Álcool, drogas e crime**. Revista, Brasil Psiquiatria, 28 (2), 69-73. 2006
- GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. **Adolescentes em conflito com a lei: fatores de risco para a conduta infracional**. Psicologia: Teoria e Prática, v.7, n.1, p.87-97, 2005.
- GEETZ, Clifford. **O uso da Diversidade**. Ed. Paidós. Barcelona. pp. 66-92. 1996
- GRACIANO, Mariângela (2005). **A educação como direito humano – A escola na prisão**, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da USP.
- GUARESCHI, P. (org.) **Os construtores da informação**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. **O trabalho de representação**. In: _____. **Representação, Cultural Representações e práticas de significação** Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997, p. 61

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

KIPPER, C. D. R. & Lopes, R. S. (2006). **O tornar-se avó no processo de individuação.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22(1), 29-34.

LINS, S., Lima-Nunes, A., & Vasconcelos, I. (2010). **Escala de emoções vivenciadas em ambiente familiar – BEAF.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, 62(2), 156-168.

LOPES, R. M.F.; Mello, D.C e Argimon, I.L (2010). **Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes.** Ciências Cognitivo. Vol. 15. No. 2 Rio de Janeiro, agosto 2010.

MAIA J. M. e Williams L. C. A. **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área** (2005).

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário** (séculos XVI a XIX). 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010. 272p.

MELLO, D.C. **Quem são as mulheres encarceradas?** Programa de Pós-Graduação em Psicologia em PUC-RS. 2008

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos.** In: **Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social**, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG).

OMENO; S STELKO PEREIRA: **Mulheres Encarceradas: Nível de Escolaridade e motivos para terem Evadido da Escola.** Volume 15 – Número 22– jul./Dez 2013 – pp. 65-77.

ORMENÔ, G.I.R (2013). **Histórico Infracional de Mulheres Encarceradas: fatores de risco e proteção para os filhos.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia de UFSCar.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO. **Destaques do Education at a Glance 2017**, disponível em: Lopes, E. S. L., Neri, A. L. & Park, M. B. (2005). Ser avós ou ser pais: Os papéis dos avós na sociedade contemporânea. Textos sobre Envelhecimento, 8(2), 30-32.

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Autores Associados, 1996.

SANTOS, B. S. **A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional.** Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. (2003).

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. **Mães e Crianças Atrás das Grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Dissertação (Mestrado), Brasília, 2006.

SILVA FILHO. Raimundo Barbosa da; BARBOSA. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jul. 2017

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOUZA, S. M. Z. L. **Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 264-283.

UNESCO. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil**. 2017

BRAGA, RUZZI, Ana Paula e Marina. **Discriminação das Mulheres no Trabalho**. Disponível em: <http://bragaruzzi.com.br/2016/08/22/discriminacao-das-mulheres-no-trabalho/>. Acessado em 3 de novembro de 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

PEDRO, Claudia Bragança. **“As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres”**. Anais do I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. GT 2. Gênero e Movimentos sociais – Coord. Renata Gonçalves, Universidade de Londrina – Paraná, p.10, jun. 2010. Consultado a 09.07.2015, em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acessado em 20 de novembro de 2018.

PÉREZ GOMEZ, A. I. **A escola como cruzamento de culturas**. In: PÉREZ GOMEZ, A.I. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIO, Cleuza. **Sistema Prisional e Psicologia: Inúmeros Desafios**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0304.pdf>. Psicologia.2006. Acessado em: 15 de novembro de 2018.

BRONFENBRENNER, U. **Ecological system theory**. Annals of Child Development, n. 6, p. 187-249, 1989.

APÊNDICE

Anexo A - Questionários qualitativo e quantitativo.

Contextualização educacional e pessoal das participantes.

Parte I Dados sociodemográficos:

1- Qual seu nome?

2- Sua idade:

3- Nacionalidade:

4- Qual a sua situação conjugal atual/ seu estado civil?

a) Casada	b) Divorciada
c) Viúva	d) Solteira

5- Tem filhos?

6- Gravida?

7- Quantos filhos?

8- Quantos são menores?

9- Quantos vão à escola? Se não por quê?

10- Os filhos se encontram sob a guarda de quem?

a) Avós	b) Pai
c) Abrigo	d) Maiores
e) Não sabe informar	f) Irmãos/Tio
g) Outros	h) Companheiros/Conjugues

Parte II Dados do cárcere:

11- Qual é o artigo/ e quanto tempo pegou? Quanta falta para cumprir?

12- Tem ou já teve alguém da sua família preso? Quem? Você faz algum curso ou está na escola atualmente, se não por quê?

Parte III Trajetória Educacional

13- Qual grau de instrução dos seus pais?

14- Você estudou até que série?

15-Qual foi o motivo para não ter concluído os estudos?

--

16-Como eram a escolas que você já frequentou?

17-Você tinha condições básicas para ir à escola? Como uniformes, calçados adequados, material escolar e alimentação?

18-Qual é o papel da escola na sua opinião?

19-Na sua opinião a escola poderia ter feito algo diferente? Porquê? Alguém da sua família foi a universidade? Quem?

Parte IV - Questões raciais

20-Você sofreu algum tipo de preconceito no ambiente escolar? Quais? E no cárcere?

--

21- Você se sentia acolhida pela escola, as questões raciais eram discutidas?

22- Você teve algum professor negro?

--